



O autor denuncia uma prática que se estende criminosamente no país que é a cobrança por fora. Ou seja, o pessoal do sistema público de saúde só vai tratar do operado se ele pagar, do seu próprio bolso, honorários extras dos profissionais, contrariando o Artigo 196 da Constituição que coloca a saúde como um direito. Para preservá-lo é preciso, diz o autor, garantir o caráter público, não o hegemônico do sistema de saúde. Valorizar os profissionais e respeitar o usuário.

## QUANDO O CRIME VIRA LEI

Folha de S. Paulo  
Artigo publicado em 01.11.96

A questão é antiga. Por combatê-la, já fui até processado. Ela foi "redescoberta" agora e colocada – possivelmente para ser aceita e oficializada – como um dilema sem solução: "Os médicos ganham tão pouco que não é possível operar sem cobrar por fora". Junto com raciocínios como esse, é ressuscitado no Congresso um projeto de decreto legislativo 445/94 que institucionaliza a cobrança por fora.

Continuar nesse caminho significa legalizar a desonestidade perversa e discriminar o estelionato. Tudo isso acontece com o maior cinismo e sem qualquer pudor, inserido em um processo de ruptura dos valores sociais e ênfase no consumismo, onde se conhece o preço de tudo, mas não se conhece o valor de nada, e dentro do qual a saúde vem sendo cada vez mais interpretada como uma mercadoria e cada vez menos como um direito.

É verdade que o SUS paga muito mal (R\$ 2,00 por uma consulta e R\$ 180,00 por uma cesariana), mas não é justo, nem ético, fazer com que recaia sobre o paciente a responsabilidade de corrigir essa distorção.

Não tenho dúvida de que os hospitais contratados devem reclamar pelo mau pagamento e reivindicar melhores

tabelas; os médicos devem lutar por uma melhor remuneração; as associações de classe devem colaborar com isso, e o Estado deve ser pressionado, de todas as formas, pelos médicos e hospitais prejudicados por um pagamento aviltado.

Entretanto, usar o caminho mais fácil (mais covarde seria o termo correto), ou seja, pressionar o usuário pobre, fragilizado pela doença, em um momento de grande tensão emocional, e exigir um pagamento por fora, sem o qual a cirurgia ou o tratamento não será feito, é o cúmulo da perversidade, da imoralidade e também da ilegalidade. Para aqueles que não sabem, o usuário já pagou por isso nos descontos do seu salário que vão para a Seguridade Social. E o hospital e seus médicos têm um contrato com o Ministério da Saúde aceitando essas tabelas.

Além do mais, esse não é, de longe, o único ganho do médico e tampouco o único ganho do hospital. Os hospitais privados contratados que servem aos doentes do SUS não vivem só disso. Vendem planos de saúde, têm doentes privados internados, têm importantes vantagens fiscais, e os médicos também têm outros ganhos nesses mesmos hospitais e fora deles.

Além de toda a perversidade para o paciente, o pagamento por fora serve também aos interesses daqueles que desejam a continuidade dessa situação absurda, onde os recursos recolhidos para a Seguridade Social são desviados dela e da saúde, e o Ministério da Saúde fecha os olhos para a degradação moral da cobrança indevida e permite que a conta vá novamente, sem qualquer critério, para os pacientes, que já pagaram previamente e que agora pagam de novo e indevidamente.

Tudo isso é produto da terceirização, que, além de tudo, causou as tragédias de Caruaru e Santa Genoveva e, recentemente, a morte de mais de 30 crianças em um

Para aqueles  
que não sabem,  
o usuário já  
pagou por isso  
nos descontos  
que vão  
para a  
**Seguridade  
Social**



hospital de Roraima. Essa mesma terceirização que consome inutilmente vários bilhões de recursos do Ministério da Saúde a cada ano. É preciso acabar com a terceirização, fazendo com que os hospitais públicos atendam com eficiência e dignidade, terminando com sua ociosidade, que atinge até 70%.

Temos hospitais suficientes na maior parte do País para atender 80% dos casos que estão sendo terceirizados desnecessariamente, e esses hospitais estão equipados e têm médicos contratados e competentes para isso.

Evidentemente, é preciso pagar dignamente os médicos e trabalhadores da saúde, administrar melhor os hospitais. Entretanto, o enorme recurso que está sendo jogado fora para terceirizar o atendimento é, sem dúvida, mais do que suficiente para acabar com a ociosidade do sistema público e atender bem todas as pessoas sem que haja a necessidade de institucionalizar a cobrança por fora.

Apesar de todas as tentativas, cada vez mais cínicas e despudoradas, de inverter esse princípio, repito: "Saúde é um direito" (artigo 192 da Constituição) e não uma mercadoria. Para preservar esse direito, é preciso garantir o caráter público não-hegemônico do sistema de saúde, valorizar os profissionais e respeitar o usuário. É tudo o que não está sendo feito.